- I – responsável por dois Suprimentos;
II – declarado em alcance;
III – que esteja respondendo a inquérito administrativo;
IV – que exerça função de ordenador de despesas;
V – em licença, férias ou afastado;
VI – responsável pelo setor financeiro.
16. É vedada a concessão de Suprimento de Fundos para:
I – aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial classificada como despesas de capital;
II – aquisição de bens ou serviços de maneira que possa caracterizar fracionamento de despesas;
III – aquisição de bens ou serviços para os quais existam ou devam existir contratos de fornecimento;
IV – pagamento de diárias.
V – pagamento de pessoal.
VI – despesas com locomoção urbana.
17. A classificação orçamentária e contábil das despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos observará as regras e as contas determinadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFEM.
18. A concessão de Suprimento de Fundos será efetuada:
I – por meio de depósito em conta bancária específica para movimentação de suprimento de fundos, aberta em nome da Unidade Gestora no Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, e movimentada pelo agente suprido;
II – por meio de ordem bancária de pagamento em nome do suprido, sendo vedado o depósito em conta bancária pessoal.
19. O Suprimento de Fundos será aplicado rigorosamente em despesas compatíveis com a finalidade de sua concessão e com a classificação orçamentária indicada e somente no exercício financeiro em que for concedido.
20. O suprido será responsável pela correta aplicação dos recursos recebidos e nos limites fixados no ato de concessão.
21. As aplicações de recursos em desacordo com as normas legais serão submetidas à glosa, levadas a débito do suprido, que reporá o valor, independentemente da aplicação das sanções disciplinares cabíveis.
22. O agente suprido não poderá em nenhuma hipótese, conceder ou transferir a outrem recursos de seu suprimento de dinheiro público, sujeitando o infrator às penalidades previstas em lei.
23. A infração a norma do item anterior será interpretada, para todos os efeitos legais, como aplicação irregular de dinheiro público, sujeitando o infrator às penalidades previstas em lei.
24. As despesas pagas com recursos e suprimento de fundos deverão limitar-se rigorosamente, ao montante fixado no ato de concessão, não cabendo ressarcimento a gastos excedentes.
25. Na aplicação do Suprimento de Fundos serão observados os seguintes requisitos:
I – as notas fiscais e os recibos comprobatórios do pagamento de despesas deverão ser emitidos com a data e em nome da Companhia, sem rasuras, emendas, acréscimos ou entrelinhas.
II – nos fornecimentos de mercadorias ou serviços por pessoa jurídica será exigida a Nota Fiscal respectiva em primeira via original, dentro do prazo de validade, contendo a descrição detalhada do serviço prestado ou da mercadoria adquirida, especificando a quantidade, preço unitário e total e demais especificações que identifiquem plenamente a operação realizada, sem abreviaturas que impossibilitem a identificação das despesas.
III – quando o fornecedor do material ou prestador do serviço for pessoa física ou jurídica isenta de emissão de nota fiscal, a quitação da prestação do serviço ou do fornecimento de material deverá ser formalizada por meio de recibo, contendo todas as especificações que identifiquem detalhadamente a operação realizada.
IV – nas notas fiscais e nos recibos não poderão constar, concomitantemente, despesas de elementos distintos com aquisição de material de consumo e de prestação de serviço de terceiro, devendo ser extraído um documento para cada elemento de despesas.
V – as notas fiscais, faturas e recibos e outros comprovantes de despesa conterão atestado de pagamento no corpo do documento, firmado pelo fornecedor ou prestador de serviço.
VI – o documento fiscal da prestação de serviço ou de fornecimento de material conterà no verso, o atestado do suprido com respectivo carimbo de identificação, número da matrícula e/ou função e data da emissão, exceto o Ordenador de Despesas, declarando que o serviço foi executado ou o material recebido.
26. Na gestão financeira do Suprimento de Fundos serão observadas e cumpridas às exigências oriundas das retenções de tributos federais, estaduais e municipais, cujos recolhimentos serão efetuados nos prazos legais até o último dia para aplicação de recursos concedidos.
- 26.1. Os pagamentos de juros, multas e demais acréscimos decorrentes de recolhimentos fora do prazo serão de inteira responsabilidade do suprido e não poderão ser efetuados por meio de Suprimento de Fundos.
27. Antecipa-se a aplicação do Suprimento de Fundos pelo impedimento do responsável em prosseguir-la.
- 27.1. O impedimento poderá decorrer por motivo de força maior ou de afastamento provisório ou definitivo do suprido, que exceda o prazo de aplicação do Suprimento, devendo o motivo ser atestado por despacho do Ordenador de Despesas.
28. As restituições por falta de aplicação parcial ou total, ou por aplicação indevida, serão feitas à conta da CEASA/PA, mediante depósito bancário identificado, constituindo-se em anulação de despesa ou receita orçamentária, se recolhido após o encerramento do exercício.
- 28.1. As restituições de que trata este item deverão ser efetuadas pelo suprido até o prazo limite de comprovação.
29. O responsável pela aplicação do Suprimento de Fundos apresentará a prestação de contas à COF no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo de aplicação.
- 29.1. As concessões de Suprimento de Fundos quando realizadas no mês de dezembro, deverão ser aplicadas até o último dia útil deste mês e a prestação de contas efetivada até o dia 15 (quinze) de janeiro do ano subsequente.
30. A prestação de contas do Suprimento de Fundos será composta dos documentos a seguir, os quais deverão ser organizados nessa ordem, sendo que o processo de comprovação deverá ser autuado e ter as folhas devidamente numeradas e rubricadas:
I – portaria de concessão;
II – nota de empenho;
III – ordem bancária;
IV – demonstrativo de despesas pagas;
V – documento comprobatório das despesas pagas, em primeira via original;
VI – comprovantes de devolução do saldo não aplicado e das retenções efetuadas e pagas se houver.
31. Os Suprimentos de Fundos concedidos serão considerados despesas efetivas, registrando-se a responsabilidade ao servidor suprido, cuja baixa será procedida após a aprovação das contas prestadas.
32. O controle dos prazos, bem como o exame da documentação para prestação de contas pelos supridos, para efeito de baixa da responsabilidade, será efetuado pela COORDENAÇÃO FINANCEIRA - COF, a qual está vinculada à Diretoria Administrativa e Financeira – DAF.
33. A COF/DAF, tão logo receba a prestação de contas do suprido, promoverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a sua análise para verificar o cumprimento das formalidades previstas nesta Resolução e emitirá parecer conclusivo sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos.
34. Caso não sejam identificadas irregularidades o processo será encaminhado ao Controle Interno para análise final de conformidade segundo os procedimentos da Auditoria Geral do Estado – AGE e, posteriormente, enviado ao ordenador de despesas com sugestão para aprovação ou não das contas, conforme o caso.
35. Se forem identificadas irregularidades, a COF/DAF notificará o suprido para apresentar correções no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.
36. Expirado o prazo previsto no item anterior, havendo ou não saneamento das irregularidades, o processo será encaminhado pela COF/DAF com sugestão para aprovação ou não das contas.
37. Após a sugestão de aprovação ou não das contas efetuadas pela COF/DAF e Controle Interno analisará a conformidade e encaminhará o processo ao Ordenador de Despesas.
38. O ordenador de Despesas expedirá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, despacho final aprovando a prestação de contas e determinando a baixa da responsabilidade do suprido ou reprovando as contas com glosa total ou parcial dos valores concedidos, instaurando em seguida o processo de Tomada de Conta Especial.
39. Darão causa à impugnação parcial da prestação de contas, entre outras:
I – pagamentos não suportados por documentos fiscais idôneos;
II – apresentação de Notas Fiscais que não sejam as primeiras vias originais e com data de validade de emissão vencidas;
III – rasuras de documentos no que dizem respeito a valores, datas, recibos e outros que induzam a pressuposição de fraude, má-fé ou dolo por parte do servidor suprido;
V – pagamento de despesas que não se enquadram na finalidade do Supremo de Fundos, conforme classificação orçamentária indicada na Nota de Empenho;
IV – transferência de recursos do Suprimento de Fundos a outrem;
VII – outras irregularidades que resultem inábeis quaisquer comprovantes de despesas.
40. Caberá ao Ordenador de Despesas, por proposta da COF/DAF aplicar a glosa parcial ou total pra parte do Suprimento de Fundos cuja aplicação for considerada irregular.
41. Em caso de não apresentação de contas no prazo estipulado no ato da concessão a COF notificará o suprido, no primeiro dia útil seguinte ao vencimento, para adimplemento imediato da obrigação, sob pena da instauração de Tomada de Contas Especial.
- 41.1 Apresentadas às contas o processo seguirá seu curso normal. Não apresentadas, o processo será encaminhado ao Ordenador de Despesas para instauração de Tomada de Contas Especial.